



PUC Minas

CENÁRIOS PUC MINAS

# Conjuntura Internacional

ano 1 • nº 07 • 12 a 25/09/2004 • ISSN 1809-6182

## Análises

### **20/09/2004 – Eleições nos EUA: Questões Principais.....p.01**

As campanhas eleitorais estadunidenses vão se aproximando do fim e a disputa entre Republicanos e Democratas pela presidência permanece acirrada.

### **23/09/2004 – O problema da Segurança na União Européia.....p.04**

O grande crescimento da economia estadunidense, nos dois primeiros quartos do ano de 2004, pode ser considerado como satisfatório, porém há alguns problemas que colocam limites à possibilidade de sustentar esse crescimento.

## Resenhas

### **17/09/2004 – O atentado em Jacarta e o terrorismo mundial .....p.07**

O atentado à embaixada australiana em Jacarta amplia as discussões acerca do terrorismo mundial e pode trazer implicações políticas para as eleições na Austrália.

### **20/09/2004 – Sudão chama a atenção do sistema ONU.....p.10**

Conselho de Segurança tenta forçar governo do Sudão a agir em relação às milícias que atuam na região de Darfur. A crise na região envolve vários países, a União Africana e a ONU.

### **23/09/2004 – Redefinição de esferas de influência no Cáucaso: as questões tchetchena e georgiana .....p.12**

Conflitos na Geórgia e na Tchetchênia destacam-se no quadro de tensões que permeiam a região do Cáucaso. O engajamento de EUA e Rússia na resolução desses conflitos, bem como os interesses que determinam tal engajamento, evidenciam um processo de redefinição de esferas de influência em curso na região.

### **24/09/2004 – AIEA adota resolução sobre programa nuclear iraniano .....p.16**

A resolução adotada pela AIEA demanda uma suspensão, por parte do Irã, de todas as atividades relacionadas ao enriquecimento de urânio, ao passo que a República Islâmica declara que continuará avançando com seu programa nuclear.

### **24/09/2004 – Hu Jintao aumenta seu poder na China .....p.19**

O atual presidente da China, Hu Jintao, assume também o poder nas forças armadas. O exército chinês é o maior do mundo em números de soldados e o seu orçamento tem crescido acima das taxas do crescimento econômico chinês.

---

# Eleições nos EUA: Questões Principais

---

Análise  
Segurança / Economia e Comércio

Vinicius Alvarenga  
20 de setembro de 2004

---

**As campanhas eleitorais estadunidenses vão se aproximando do fim e a disputa entre Republicanos e Democratas pela presidência permanece acirrada.**

---

Com a data das eleições se aproximando (2 de novembro), a campanha eleitoral nos EUA vai entrando em sua fase de definições. George W. Bush, candidato confirmado pelo partido Republicano, e John Kerry, o candidato escolhido pelo partido Democrata, tentam atrair o maior número de eleitores na disputa pela presidência.

George W. Bush obteve uma boa margem de vantagem nas mais recentes pesquisas. A diferença chegou a ser de 11% entre os dois candidatos. Porém, o aumento na diferença pode ter sido reflexo da realização da Convenção do Partido Republicano, pois seu candidato adquiriu maior visibilidade na mídia neste período.

John Kerry começa a adotar uma posição mais agressiva, tendo em vista a preocupação em recuperar sua situação nas pesquisas eleitorais, após cair muito na preferência dos eleitores. Uma grande diferença entre os candidatos nas pesquisas pode ser importante, nas proximidades do dia da votação. Porém, a maioria dos analistas acredita que nada está definido, pois na história dos EUA, várias vezes houve mudanças nos momentos decisivos. Outra questão importante são os debates presidenciais, que estão por vir e que podem definir as eleições, como já ocorreu no primeiro debate televisivo, ocorrido entre Kennedy e Nixon em 1960.

De acordo com o site Time.com, pesquisas de 7 a 9 de setembro indicavam a seguinte

intenção de votos: 52% Bush; 41% Kerry; 3% Nader (candidato independente); e 3% indecisos. A preferência dos eleitores teria mudado bastante em um mês, pois no dia 5 de Agosto, Kerry demonstrava uma vantagem, com 48%, contra 43% de Bush.

Após as convenções dos partidos, seus respectivos candidatos apareceram com maior vantagem nas pesquisas eleitorais. A Convenção Democrata, ocorreu no começo de Agosto e resultou em vantagem para Kerry nas pesquisas. A Convenção Republicana, realizada no dia 2 de setembro, impulsionou a preferência por Bush, como vimos. Isto demonstra a atenção dada aos partidos no período das convenções e a importância da mídia e da exposição dos candidatos para a definição dos eleitores.

No sistema eleitoral estadunidense, há um número de delegados pré-estabelecido – proporcional ao número de eleitores – para cada Estado. Os delegados são os representantes de cada partido e são eles que participarão do colégio eleitoral que elegerá o presidente. O candidato à presidência ganhador em um Estado tem direito a mandar todos os delegados relativos àquele Estado para a votação final, em um sistema conhecido como “winner-take-all arrangement” ou o vencedor leva tudo. No total são 538 votos, sendo que para um presidente ser eleito são necessários 270.

As pesquisas realizadas por Estados, demonstram uma grande vantagem para

Bush. Tendo em vista o sistema eleitoral acima descrito, percebemos a grande importância das intenções de voto em cada Estado. Bush leva vantagem na maioria dos Estados e em alguns importantes como Texas e Ohio, conforme pesquisa do Los Angeles Times. Kerry possui boa vantagem em alguns Estados também muito importantes, como a Califórnia (que possui o maior número de delegados) e Nova Iorque. De uma forma geral, Bush teria 188 votos proporcionais aos Estados em que lidera as pesquisas, contra 146 de Kerry. Porém, em vários Estados não há uma definição clara, como é o caso da Pensilvânia, de Michigan, e da Flórida (Estado que teve problema na contagem de votos nas últimas eleições), sendo 204 votos a serem conquistados pelos candidatos. Assim, há ainda uma indefinição quanto ao possível novo presidente, o que será definido nos rumos finais de cada campanha presidencial.

As questões-chave para a preferência dos eleitores também podem definir os rumos das eleições. A guerra contra o terrorismo adquiriu maior importância nas pesquisas do começo de setembro, com 26% de relevância na decisão do voto. A questão ultrapassou a questão econômica, com 24%, que era considerada a mais importante pelos eleitores estadunidenses. Isto pode estar relacionado aos recentes acontecimentos em Beslan (Rússia), quando milhares de pessoas morreram após seqüestro em uma escola no dia 1º de Setembro<sup>1</sup>. A questão do combate ao terrorismo é o principal tema da agenda política estadunidense e é o que Bush mais enfatiza em sua campanha para se reeleger, com 23 pontos percentuais a mais que Kerry, na relação de importância. Já o candidato democrata tem problemas nas questões-chave. Na Economia, setor que era tido como o mais preparado pelos entrevistados, perdeu o posto para Bush.

Outras questões consideradas muito importantes pelos eleitores são a situação no Iraque com 17%; questões morais, 17%;

e a questão da saúde com 9%. Apenas na questão da saúde Kerry obtém vantagem sobre Bush. Percebemos que as questões relativas à política externa e de segurança são consideradas as mais importantes na opinião do eleitorado estadunidense. Tal fato está relacionado à situação de medo que toma conta dos EUA desde os ataques terroristas do 11 de Setembro de 2001, sendo que ameaças externas e internas são cada vez mais exploradas pela mídia e usadas pelo governo tanto para justificar sua política de segurança, como para reforçar a necessidade da permanência de Bush no poder, como candidato mais preparado para tratar de tais assuntos. E a população estadunidense vem refletindo nas pesquisas a opção pelo conservadorismo e por políticas que reforcem a segurança, fato bastante explorado por George W. Bush.

Mesmo que a opinião pública estadunidense seja contra a atual política no Iraque, principalmente com o aumento no número de mortos (mais de 1000 soldados estadunidenses), ainda assim tal fato não contribui para alterar a opção dos eleitores nem mudar a idéia de que Bush é o mais bem preparado para a questão.

Apesar de a opinião pública dentro dos EUA ser favorável a Bush, fora dos EUA a maioria dos eleitores repudia o presidente, como foi constatado em recente pesquisa em 35 países, principalmente após as invasões ao Afeganistão e ao Iraque. A opinião pública internacional foi e é contra algumas ações ditas unilaterais dos EUA, que desrespeitariam o direito internacional e as decisões da ONU.

No Brasil, apesar de a opinião pública também ser contra o atual presidente George W. Bush, o presidente Lula já afirmou que a reeleição de George W. Bush seria mais interessante para o Brasil, tendo em vista a necessidade de dar prosseguimento às políticas e negociações entre os dois países, entre elas a da formação da ALCA (Área de Livre

---

Comércio das Américas).

## Referência

---

[CNN](#)

[Folha On Line](#)

[Los Angeles Times](#)

[The New York Times](#)

[Time.com](#)

[Washington Post](#)

---

<sup>1</sup> A este respeito, ver a resenha [Tensão no Cáucaso](#), do dia 09 de setembro de 2004

---

# O problema da Segurança na União Européia

---

Análise  
Segurança

Vinicius Alvarenga  
23 de setembro de 2004

---

**A necessidade de defesa e adoção de uma política externa de segurança comum na União Européia se contrapõe a alguns problemas com sua implementação.**

---

**D**O dia 14 ao dia 16 de setembro de 2004, houve a reunião do Parlamento Europeu, tendo como presidente o espanhol Josep Borrell Fontelles. O Parlamento é o único órgão com eleição direta na União Européia e atua na aprovação das leis, juntamente com o Conselho Europeu; no controle das instituições democráticas da União Européia, especialmente da Comissão; e no controle do orçamento juntamente com o Conselho.

Na primeira sessão do plenário do Parlamento Europeu, houve a definição das prioridades do parlamento, como o Tratado Constitucional, as negociações para a entrada da Turquia no bloco, questões econômicas e o problema do terrorismo mundial.

O terrorismo apareceu como uma questão fundamental, principalmente após os incidentes na escola em Beslan, Rússia. A questão do terrorismo internacional foi identificada como de suma importância para a política de segurança da União Européia. O presidente Josep Borrell enfatizou a necessidade de tratar o terrorismo de uma forma diferente da pelo uso da força de retaliação (como a que foi usada pelos Estados Unidos). A ação contra o terrorismo, de acordo com o presidente, tentará erradicar suas causas e não apenas a utilizar a força simples e

indiscriminadamente. O terrorismo não poderia ser tratado como uma guerra convencional.

Desde o 11 de Setembro de 2001 o terrorismo adquiriu grande importância na agenda internacional e constituiu um dos grandes problemas para a defesa e segurança dos Estados, justamente por se tratar de uma ameaça transnacional e não estar ligado a um Estado específico, não havendo um inimigo fixo como no caso de uma guerra tradicional. A Europa já sofreu vários atentados, sendo um dos mais recentes o ocorrido em Madrid, Espanha, no 11 de Março de 2004. Turquia e agora a Rússia também passaram por grandes atos deste tipo recentemente. Apesar de se tratar de um problema antigo e que atinge muitas regiões do mundo todo, o terrorismo é agora colocado como uma questão prioritária pelos países, pois a defesa não mais se configura apenas como uma questão de balança de poder entre os Estados.

No caso da União Européia, coloca-se outra questão fundamental que é o problema de se criar mecanismos de defesa comum, tendo em vista a segurança ser uma questão específica de um Estado e fator crucial para a soberania. Tendo em vista a tentativa de estabelecer uma política que fosse comum para todo o bloco, a União Européia criou a Política Externa de Segurança Comum (PESC).



A Política Externa de Segurança Comum da União Européia foi adotada relativamente tarde e é uma das questões mais complicadas com relação à política externa. Um dos maiores problemas da formação da União Européia é o impacto do bloco sobre a soberania dos países. E o controle da segurança externa é de importância vital para a soberania. Por isso, adotar uma política externa de segurança comum torna-se uma questão política delicada, mas ao mesmo tempo importante para a consolidação do bloco e para a evitar divergências em questões internacionais que possam comprometer a estabilidade política interna.

A União Européia, frente a algumas necessidades, necessitava de formas de não apenas reagir, mas também de agir e prevenir. Com o Tratado de Amsterdã, houve avanços na PESC, que foram se consolidando de forma gradual a garantir a defesa comum da União. Com o Tratado de Nice reforçou-se alguns pontos importantes da PESC, principalmente a Política Européia de Segurança e Defesa (PESD).

A PESC atua de forma coordenada com a OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte), sem prejudicar as ações da mesma. A relação entre as duas organizações inclui a possibilidade de a União Européia ter acesso a recursos das capacidades da OTAN. A OTAN, criada no pós Segunda Guerra, é uma aliança militar que possui como membros, atualmente, EUA, Canadá e 24 países europeus (entre eles Polônia, Espanha, Reino Unido, Alemanha, França, Itália, entre outros), e tem como objetivo principal manter a ordem e a segurança, e atuar militarmente quando for necessário. Sua existência anterior, como uma organização com a participação de países europeus, exige uma coordenação com quaisquer esforços na área de segurança e militar que venha a funcionar dentro da União Européia.

Outra colaboração importante nas

questões de segurança é com a Rússia, devido à proximidade de fronteiras, e com os EUA. Mesmo após a discordância na questão do Iraque, a União Européia mantém a política de cooperação com os Estados Unidos no combate ao terrorismo, o que considera crucial para tal tarefa.

Para lidar com os problemas do terrorismo, do crime organizado e da proliferação das armas de destruição em massa, a União Européia busca uma estratégia comum sobre a segurança. Um recente estudo sobre segurança concluiu que a União Européia deve se preocupar com as causas desses problemas não só em suas fronteiras, mas no mundo todo, pois se trata de um fenômeno de amplitude mundial.

Neste sentido, atuar em conflitos regionais e nos chamados Estados “falidos” (*failing states*), combatendo todo tipo de violência política e criminal, torna-se essencial, pois aí estão as fontes dos problemas acima citados. A Estratégia de Segurança Européia, estabelecida pelo Conselho Europeu no final de 2003 focalizou o engajamento preventivo e o multilateralismo para a segurança global.

Foi proposta uma Doutrina de Segurança Humana, e não uma política de segurança baseada no Estado-nação. Isto significa dar atenção às inseguranças individuais geradas por violações dos direitos humanos. A proteção de civis se daria pela efetivação da lei e ocasionalmente com uso de forças armadas.

O enfoque dado para lidar com estes problemas é o seguinte: a primazia dos direitos humanos, o combate ao autoritarismo político, o multilateralismo, o foco regional, o uso de instrumentos legais, o uso apropriado da força e, principalmente, uma abordagem de baixo para cima, com um diálogo com as populações locais.

Além disso, privilegia-se a criação de uma “Força de Reposta de Segurança Humana”, composta inicialmente de 15000 pessoas, sendo um terço de civis

(incluindo polícia, especialistas em questões humanitárias e de desenvolvimento, administradores, etc), e liderada pelo Ministro das Relações Exteriores da União Européia.

A estratégia “humana” trata-se de uma visão de longo prazo, pois privilegia o combate às causas das violências, o que demanda esforços maiores e mais prolongados, e necessita de coordenação e participação multilateral com outros países e com organismos internacionais, principalmente com a Organização das Nações Unidas (ONU). Para ser adotada carece, ainda, de meios de implementação e de apoio dentro e fora do bloco.

## Referência

[BBC](#)

[OTAN](#)

[União Européia](#)

---

# O atentado em Jacarta e o terrorismo mundial

---

Resenha  
Segurança

Jéssica Naime  
17 de setembro de 2004

---

**O atentado à embaixada australiana em Jacarta amplia as discussões acerca do terrorismo mundial e pode trazer implicações políticas para as eleições na Austrália.**

---

Um carro bomba explodiu em frente à embaixada australiana na cidade de Jacarta, Indonésia, na quinta-feira 09 de setembro. Nove pessoas morreram e cerca de 180 ficaram feridas. A autoria do atentado foi reivindicada pelo grupo islâmico Jemaah Islamiya (JI) através do *site Islamic Minbar*, declarando seu descontentamento com a participação da Austrália na guerra contra “os irmãos iraquianos”. A carta publicada ameaçava novos ataques, caso os australianos não se retirassem do território indonésio.

Especula-se sobre a possível ligação do grupo com a Al Qaeda, mas nenhuma evidência foi encontrada. Sabe-se, no entanto, que seus militantes estiveram em treinamento com membros da Al Qaeda, no sul do Afeganistão há alguns anos e que um *site* ligado à Al Qaeda teria incitado os grupos islâmicos da região a priorizarem alvos australianos. Um dos principais objetivos do grupo, a princípio, é o estabelecimento de governos islâmicos na região.

Esse mesmo grupo perpetrou um ataque ao Marriott Hotel, em Jacarta, em agosto de 2003, matando 12 pessoas, e a uma casa noturna de Bali, em outubro de 2002, com 200 vítimas fatais. Os explosivos utilizados nos ataques são os mesmos, TNT e sulfato, o que pode se configurar

como mais uma evidência de que os autores tenham sido os mesmos.

Quanto às reivindicações do JI, o Primeiro Ministro australiano John Howard se pronunciou dizendo que, se a Austrália sucumbisse às ameaças, estaria perdendo o controle sobre o futuro da nação e reafirma sua posição quanto à presença de tropas australianas no Iraque. Ele é candidato à reeleição pela coligação entre Liberais e Nacionalistas. O candidato da oposição pelo partido trabalhista, Mark Latham, apresenta uma posição diferente com relação à política externa: declarou que se for eleito irá retirar as tropas do Iraque e concentrar seus esforços na luta contra o terrorismo no sudeste asiático.

Desta forma, os ataques podem alterar a correlação de forças na Austrália. Os dois candidatos estão tecnicamente empatados quanto às intenções do eleitorado, mas Latham pode vir a angariar os votos daqueles que estão descontentes com a ação do país no Iraque. Entre a população australiana, alguns acreditam que tal fato tenha gerado insegurança para o país, ao tornar seu território mais suscetível à ataques terroristas. Especialistas afirmam que a explosão das estações de metrô de Madri em 11 de março do presente ano indicariam que os extremistas tentarão influenciar a política de alguns países,



incluindo o rumo das eleições nos mesmos.

O presidente estadunidense George Bush declarou sua condolência aos feridos e familiares das vítimas, condenando o atentado e reafirmando sua solidariedade aos governos indonésio e australiano “na luta mundial contra o terrorismo”. Este está em campanha para a reeleição e seu principal discurso é a “guerra contra o terrorismo” e a ênfase na segurança nacional.<sup>1</sup>

As autoridades indonésias também atribuem os atentados à organização JI. Por outro lado, a população culpa o governo por não tomar medidas efetivas contra o terrorismo no país. A explosão na embaixada ocorreu dois meses após a inauguração de um Centro de Treinamento Antiterrorismo, cuja grande parte dos fundos são australianos. A situação se tornou então embaraçosa para o governo, principalmente porque havia relatórios da inteligência indonésia e do Departamento de Estado dos Estados Unidos que previam atentados a alvos australianos e estadunidenses no país.

As eleições na Indonésia acontecem em 20 de setembro, e a atual presidente Megawati Sukarnoputri concorre também à reeleição. Pesquisas de intenção de voto mostram uma considerável vantagem do candidato da oposição, Susilo Bambang Yudhoyono. Todavia, analistas políticos acreditam que o atentado não vá exercer grande impacto na preferência dos eleitores, uma vez que a maioria deles estaria mais preocupada com questões mais básicas como políticas de bem-estar social, considerando que cerca de 40% da população está desempregada ou em sub-empregos. Afirmam também, que conforme indicam incidentes anteriores como a explosão em Bali e Jacarta, as pessoas no país não associam os atentados

à performance do governo.

## Referência

[BBC News](#)

[CNN](#)

[International Crisis Group](#)

---

<sup>1</sup> Ver também “Convenção republicana e a confirmação da candidatura de Bush” e “Eleições nos EUA: questões principais” no Conjuntura Internacional.



---

# Sudão chama a atenção do sistema ONU

---

Resenha  
Segurança

Wesley Robert Pereira  
20 de setembro de 2004

---

**Conselho de Segurança tenta forçar governo do Sudão a agir em relação às milícias que atuam na região de Darfur. A crise na região envolve vários países, a União Africana e a ONU.**

---

**E**m entrevista ao *Jornal Washington Post*, de 9 de setembro, o secretário de estado estadunidense, Colin Powell, classificou os atos das milícias *Janjaweed*, em Darfur, como genocídio. O Sudão atualmente passa por dois conflitos sendo um de raízes mais profundas e que data de 1955 e outro mais recente e que está localizado na região fronteira com o Chade, oeste do país, em Darfur.

O conflito da guerra civil foi parcialmente resolvido em 20 de julho de 2002, quando foi assinado o Protocolo de Machakos, Quênia, entre o governo da República do Sudão e o Movimento de Libertação do Povo do Sudão (SPLA/M sigla em inglês). Nesse acordo de paz as partes cessariam as agressões. Além disso, a *sharia* (conjunto de regras de tendência islâmica) ficaria restrita à região norte e em 2008 ficaria acertado que haveria um referendo decidindo pela cessão do país ou não.

A crise em Darfur chama a atenção do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CS). Powell irá propor uma resolução no CS que dará autorização para este agir com medidas punitivas “incluindo com consideração ao setor de petróleo ou contra membros individuais do governo” se as autoridades falharem em sua contenção aos atos das milícias *Janjaweed*. Já na resolução de 30 de julho do presente ano (1556) houve a ameaça de o país sofrer “medidas internacionais”

caso o governo falhasse em desarmar e processar os integrantes da *Janjaweed*.

Entretanto, os embaixadores da China e do Paquistão fazem forte resistência às sanções. Ambos os países importam petróleo do Sudão. Contudo, os dois maiores consumidores de petróleo sudanês são a China e a Índia (essa não fazendo parte dos membros do CS).

A China atualmente é o segundo maior consumidor de energia ficando atrás apenas dos EUA. Em junho de 2004, foi criado o consórcio Petrodar com a liderança da Companhia Nacional de Petróleo da China (41%), Petronas (40%), Sudapet (8%), Gulf Oil Petroleum (6%), e a Corporação Al-Thani (5%), a qual foi garantida um acordo de produção pelo governo sudanês na Bacia Melut, em novembro de 2000. Além disso, há por parte de companhias de engenharia chinesas, a construção de um terminal de petróleo no valor de US \$215 milhões. Há um projeto assinado em setembro de 1997 entre a China e o governo do Sudão de construção da represa Kajbar, no rio Nilo, com capacidade de 300MW. Nesse projeto, estimado em US \$200 milhões, a China financiará 75 por cento.

Ficou acertado na resolução 1556 julho que a União Africana ficaria encarregada em enviar monitores internacionais e garantir sua segurança na região de Darfur. O governo do Sudão aceita 80



monitores internacionais e 300 soldados para protegê-los no rascunho dessa nova resolução.

Segundo o jornal *The Guardian*, mais de 1 milhão e 200 mil pessoas foram forçadas a fugir de suas casas após a milícia *Janjaweed* assolar Darfur resultando em 50.000 mortos.

O vizinho do norte, o Egito, mantém relações cordiais com os EUA desde a época de Anwar Sadat. A cooperação entre os dois países vai de questões políticas à ajuda militar com transferência de tecnologia. O Sudão, por sua vez, rompeu relações com os EUA em 1967 e mantém relações com a China desde 1959. Após vários anos de isolamento e ainda sofrendo sanções estadunidenses via Nações Unidas, o governo do Sudão solicita um retorno de seu país ao sistema de Estados.

## Referência

### Sites:

Conselho de Segurança das Nações

Unidas -

<http://www.un.org/Docs/sc/>

Departamento de Estado dos EUA -

<http://www.state.gov>

Energy Information Administration -

<http://www.eia.doe.gov/>

The Guardian -

<http://www.guardian.co.uk>

Washington Post -

<http://www.washingtonpost.com>

Middle East Policy Council -

<http://www.mepc.org>

### Ver também:

15/07/2004 - [Darfur e o conflito no Sudão](#)

---

# Redefinição de esferas de influência no Cáucaso: as questões tchetchena e georgiana

---

Resenha  
Segurança

Layla Dawood  
23 de setembro de 2004

---

**Conflitos na Geórgia e na Tchetchênia destacam-se no quadro de tensões que permeiam a região do Cáucaso. O engajamento de EUA e Rússia na resolução desses conflitos, bem como os interesses que determinam tal engajamento, evidenciam um processo de redefinição de esferas de influência em curso na região.**

---

A região do Cáucaso, localizada entre o Mar Negro e o Mar Cáspio, abriga alguns dos principais focos de tensão que se seguiram ao desmantelamento da URSS em 1991<sup>1</sup>. Dentre estes, destacam-se os territórios da Tchetchênia e da Geórgia. A Tchetchênia, uma das repúblicas que integram a Federação Russa, foi palco de guerras separatistas em 1994 e 1999. Atualmente, tropas russas permanecem em território tchetcheno e as ações de movimentos separatistas tornam-se cada vez mais frequentes. Por sua vez, a Geórgia, desde sua independência, em 1991, enfrenta sérias ameaças à sua integridade territorial no que se refere, em especial, às províncias da Ossétia do Sul e Abkhazia.

As atenções voltam-se para os conflitos na região na medida da percepção de sua importância geopolítica: os territórios banhados pelo Mar Cáspio abrigam uma das maiores reservas ainda não exploradas de gás natural e petróleo do mundo. Além disso, o sucesso dos

movimentos separatistas tchetchenos e/ou georgianos poderia insuflar movimentos de igual natureza em outras partes do Cáucaso. Sobre o Cáucaso incidem, portanto, interesses de origens diversas.

Analistas internacionais sustentam que dentre as principais diretrizes políticas do atual presidente russo, Vladimir Putin, no poder há 5 anos, figura a reconquista de parte da influência perdida na região com o fim da URSS. Nesse sentido, internamente, os esforços do presidente teriam sido direcionados para o exercício de um maior controle sobre os governantes das repúblicas que compõem a Federação Russa. Estima-se que, desde o início do primeiro mandato de Vladimir Putin, a escolha de ao menos 90% dos governantes teria sido influenciada de alguma maneira pelo Kremlin.

A postura crítica em relação ao governo central adotada pelos 10% restantes parece haver contribuído para a recente abolição das eleições populares para a presidência das repúblicas russas. Os governantes serão escolhidos mediante indicação do presidente e posterior aprovação pelos

---

<sup>1</sup> Vide resenha “Tensão no Cáucaso” e mapa ilustrativo da região.

parlamentos regionais. Não obstante, Vladimir Putin justificou a mudança constitucional como uma forma de contenção de episódios como a tomada de reféns em Beslan, na Ossétia do Norte. Embora seja contestável a ligação entre o novo procedimento eleitoral e o combate a ações daquela natureza, teria resultado de Beslan um ambiente de comoção popular facilitador da mudança constitucional. Incontestável, porém, é o aumento da centralização de poder no executivo russo e, especialmente, em Vladimir Putin.

Após a tragédia na Ossétia do Norte, o presidente russo proferiu declarações que apontam para a adoção de políticas ainda mais assertivas de reforço à integridade do país. Declarou que a Rússia é percebida por muitos como uma ameaça em função de seus arsenais nucleares, o que a colocaria como alvo do terrorismo internacional. Seus discursos conclamam, ainda, a união da população contra um inimigo comum – o terrorismo internacional – o qual visaria a abalar a integridade do país.

Diante da ameaça qualificada como terrorista pelo Kremlin, Vladimir Putin defende uma nova abordagem para os serviços de segurança russos, admitindo, portanto, falhas nos mesmos. Considera alta a probabilidade de realização de uma parceria com os EUA visando ao treinamento adequado dos agentes de segurança em face dos meios utilizados pelo terrorismo internacional. Nesse domínio, Israel mostra-se também um parceiro provável dado o teor de recentes conversas entre autoridades russas e israelenses.

Assim, no que se refere à política externa russa, as declarações oficiais que sucederam ao episódio de Beslan parecem sinalizar para uma maior aproximação entre os EUA e a Rússia. Por outro lado, Vladimir Putin acusou vários países europeus de adotar dois pesos e duas medidas em relação à Rússia no que tange à ameaça terrorista. Além disso, embora

os EUA sustentem que uma saída não violenta deveria ser buscada para o conflito na Tchetchênia, os países europeus mostram-se mais incisivos a esse respeito, o que, não necessariamente, coaduna com os interesses russos de reforço e retomada de áreas de influência anteriormente consolidadas pela antiga URSS.

Entretanto, a questão da Geórgia completa o quadro de tensões no Cáucaso, sendo imprescindível sua consideração no intuito de avaliar as possibilidades de aproximação entre EUA e URSS. A Geórgia viveu recentemente a chamada “Revolução das Rosas”, quando Eduard Shevardnadze, antigo presidente, tentou reeleger-se por meio de fraudes eleitorais. Em 22 de novembro de 2003, este foi levado à renúncia após pressão internacional, originada em especial da Rússia, e invasão de seu gabinete por movimentos liderados por Mikhail Saakashvili, o qual acabou elegendo-se presidente no início de 2004.

No final de 2003, às tensões existentes na Ossétia do Sul e Abkhazia, somaram-se conflitos na província de Ajara. Aslan Abashidze, líder do Conselho Supremo de Ajara que se autoneomeou presidente da província em 2003, havia apoiado Shevardnadze nas eleições para o governo central da Geórgia. Logo após a renúncia do presidente, declarou estado de emergência em Ajara, a 23 de novembro de 2003, bloqueando suas fronteiras com o restante da Geórgia.

No entanto, Saakashvili obteve uma vitória expressiva dentre os habitantes de Ajara nas eleições para a presidência do país, demonstrando a baixa aderência popular à causa separatista, o que levou Abashidze a declarar novo estado de emergência na região. Em seguida, em uma demonstração de força, o governo central acabou por prender um dos membros do governo de Ajara por evasão de impostos. As tensões entre o governo central e a província acirraram-se,

resultando na ameaça de uso da força por parte do presidente e na posterior fuga de Abashidze. Forjou-se, finalmente, um acordo com a província que lhe conferiu certa autonomia.

Não obstante a resolução do conflito em Ajara, a integridade da Geórgia permanece ameaçada no que se refere à Ossétia do Sul e Abkhazia. A questão de Ajara representou, em certo sentido, um teste à atuação do atual presidente em face das reivindicações internas por autonomia. Analistas internacionais ponderam que a solução alcançada naquela província não poderia ser reproduzida nas duas outras em confronto com o governo central, visto que estas, ao contrário de Ajara, possuem, claramente, o desejo de separação.

A situação de Ajara difere, ainda, quanto ao grau de interferência da Rússia. Ao contrário do realizado na Ossétia do Sul e em Abkhazia, a Rússia não chegou a enviar tropas a Ajara com o status de missão de paz. Além disso, o governo russo não ofereceu a concessão de passaportes e de cidadania russa aos habitantes de Ajara – nem tampouco a população mostrou interesse nesse sentido. Por fim, a relativa autonomia de Ajara havia sido concedida, desde os tempos do controle soviético, em função de sua maioria muçulmana, que não mais existe, dado o alto número de conversões ao cristianismo na região. Assim, o sucesso em Ajara não indica necessariamente uma tendência de estabilização dos conflitos na Geórgia. Entretanto, a vitória do presidente pode conferir-lhe certa força política em um momento em que seu país se vê em meio a pressões da Rússia, bem como dos EUA.

Os EUA vêm participando ativamente dos processos de paz em Abkhazia e na Ossétia do Sul. Há alguns anos, no intuito de conquistar novas áreas de influência e impedir a intervenção militar russa, em função da atuação tchetchena na região, os EUA instalaram bases militares no país.

Entretanto, não cessaram as suspeitas quanto ao uso do território da Geórgia por parte de separatistas ou terroristas tchetchenos, o que significaria que as ações estadunidenses não teriam alcançado um de seus objetivos principais.

Identifica-se, portanto, um foco potencial de desavenças entre os dois países. A Rússia ainda controla duas bases militares na Geórgia, sendo que uma delas localiza-se em Ajara. O governo russo afirma que não estaria em questão o desmantelamento de suas bases na região. Admite, no máximo, transformá-las em um campo de treinamento conjunto entre a Rússia e a OTAN.

O quadro complica-se quando se consideram as demais bases remanescentes do período da Guerra Fria, as quais encontram-se sob a responsabilidade do governo da Geórgia. Na atualidade, muitas destas constituem grandes depósitos de armas convencionais abandonadas. O estado de abandono e de insegurança de tais arsenais mostra-se extremamente problemático, dada a possibilidade de que terroristas e guerrilheiros tenham acesso aos mesmos. Cogita-se que os confrontos nas províncias separatistas de Abkhazia e Ossétia do Sul sejam abastecidos, em grande parte, por tais arsenais. Nesse sentido, o governo da Geórgia teria requisitado ajuda financeira aos EUA para a destruição dos referidos arsenais, tendo obtido, à época, apoio da diplomacia israelense.

Há quem sustente que a competição por influência na Geórgia constitua um resquício de uma mentalidade própria da Guerra Fria. Assim, a importância atribuída ao país residiria no fato de que a Geórgia consiste em um território de passagem utilizado pelas companhias ocidentais no transporte de petróleo e gás natural proveniente do Mar Cáspio, o que lhes possibilitaria evitar a utilização de territórios russos para tal fim. Além disso, afora os interesses relacionados à

segurança, a região é de grande importância econômica para a Rússia, o que é evidenciado por recentes investimentos de alta monta no setor elétrico da Geórgia.

Contudo, a diplomacia estadunidense movimentou-se rapidamente no sentido de evitar confrontos diretos com a Rússia, demonstrando seu apoio a este país. O Embaixador dos EUA na Geórgia, Richard Miles, reconheceu recentemente a possibilidade de que terroristas tchetchenos estejam usando o vale de Pankisi para suas atividades. Tal reconhecimento poderia tanto levar a uma intervenção russa na Geórgia, como abrir caminho para uma atuação mais incisiva dos EUA na região. Assiste-se, portanto, a

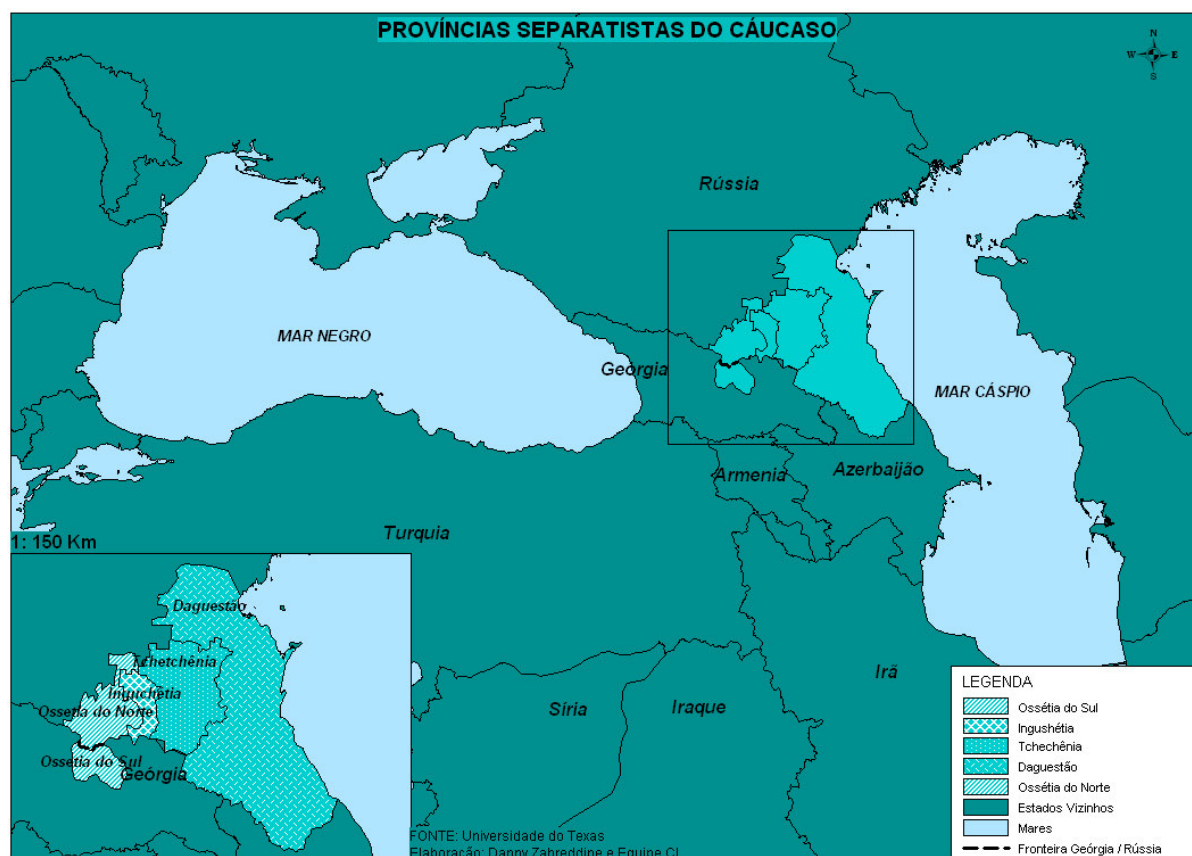
uma redefinição de áreas de influência no Cáucaso. No entanto, permanece aberta a possibilidade de atuação conjunta de EUA e Rússia na Geórgia, algo impensável em um passado não muito distante.

## Referência

International Crisis Group –  
<http://www.crisisweb.org/>

The New York Times –  
<http://www.nytimes.com/>

Stratfor –  
<http://www.stratfor.com/>



---

# AIEA adota resolução sobre programa nuclear iraniano

---

Resenha  
Segurança

Camila Penna de Castro  
24 de setembro de 2004

---

**A resolução adotada pela AIEA demanda uma suspensão, por parte do Irã, de todas as atividades relacionadas ao enriquecimento de urânio, ao passo que a República Islâmica declara que continuará avançando com seu programa nuclear.**

---

O Conselho de Diretores da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) se reuniu do dia 13 ao dia 18 de setembro para discutir, entre outras coisas, a implementação dos Acordos de Salvaguarda do TPN no Irã. A resolução adotada pela AIEA – ainda que reconhecendo o progresso feito em relação a atividades de enriquecimento a *laser* e declarações dos experimentos de conversão de urânio no país – “lamenta gravemente” o não cumprimento das decisões anteriores do Irã de suspender todas as suas atividades relacionadas ao enriquecimento de urânio. Com efeito, a resolução considera necessário para promover confiança, que o Irã suspenda imediatamente todas as suas atividades relacionadas ao enriquecimento de urânio – incluindo a manufatura ou importação de componentes de centrífugas, o teste e montagem de centrífugas, e a produção de material para alimentá-las – inclusive através de testes ou produção de hexafluoreto de urânio (UCF).

A resolução proposta por França, Alemanha, Grã-Bretanha, Austrália, Canadá e Estados Unidos foi aceita por unanimidade. Em sua última cláusula operativa expressa que na próxima reunião do Conselho, em novembro,

decidir-se-á se passos adicionais serão apropriados em relação às obrigações do Irã sob seu Acordo de Salvaguarda, e também em relação aos requerimentos feitos do país, como medidas de construção de confiança, pelo Conselho de Diretores em suas resoluções anteriores.

Estabeleceu-se, dessa forma, o prazo até a data da próxima reunião – 25 de novembro – para que Teerã suspendesse todas as suas atividades relacionadas ao enriquecimento de urânio e esclarecesse os dois assuntos pendentes, nomeadamente: o escopo do programa referente às centrífugas P-2 e a causa e origem da contaminação das centrífugas de Kalaye, com HEU (urânio altamente enriquecido – *High Enriched Uranium*) e LEU (urânio pouco enriquecido – *Low Enriched Uranium*). E a não cooperação do Irã com essas condições até novembro poderia resultar na necessidade de passos adicionais, como o endereçamento da questão ao Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Teerã rejeitou a resolução da AIEA. Hassan Rohani, Ministro das Relações Exteriores do Irã disse em uma conferência para a imprensa iraniana logo após a decisão da Agência: "O Irã não aceitará qualquer obrigação a respeito da

suspensão de enriquecimento de urânio". "Nós estamos comprometidos com a suspensão de enriquecimento em si, mas não tomamos nenhuma decisão de expandir a suspensão". E ainda: "Essa demanda é ilegal e não impõe nenhuma obrigação para o Irã. O Conselho de Diretores da AIEA não tem o direito de fazer tal suspensão obrigatória para nenhum país".

A situação se agravou ainda mais após a declaração de Teerã – dois dias após a resolução da AIEA – de que havia começado a converter urânio cru (yellow cake) em gás hexafluoreto, o qual é utilizado para o enriquecimento. Segundo o Presidente da Organização de Energia Atômica do Irã, Reza Aghazadeh, das mais de 40 toneladas de urânio cru que tem sido extraído para o enriquecimento, uma boa parte já foi utilizada. Aghazadeh, contudo não detalhou o estágio alcançado pela conversão nem as quantidades envolvidas.

Teerã, todavia, diz que está honrando sua promessa, ao não colocar o hexafluoreto de urânio na centrífuga, girar e fazer urânio enriquecido. Não obstante, a resolução também demanda a suspensão das atividades relacionadas, incluindo-se a manufatura, montagem e teste de centrífugas, e a produção de hexafluoreto de urânio.

Malgrado os esforços diplomáticos de vários países, o presidente do Irã, Mohammad Khatami, declarou que Teerã seguirá em frente com seu programa nuclear, mesmo que isso resulte em uma deterioração de sua relação com a AIEA. E ainda que “a comunidade internacional deve reconhecer abertamente nossos direitos naturais e legais e abrir caminho para o entendimento... para que possamos aceitar uma supervisão internacional completa e continuar nosso caminho para a aquisição de tecnologia nuclear para fins pacíficos”.

As últimas declarações de Teerã vão de encontro às diretrizes da política externa

estadunidense – anunciadas pelo Presidente George Bush em 11 de fevereiro deste ano – no que concerne às medidas propostas para a contenção de Armas de Destruição em Massa (WMD). O presidente se refere diretamente ao Irã como um país indisposto a abandonar seu programa de enriquecimento de urânio – capaz de produzir material para armas nucleares. Segundo Bush, o Tratado de Não-Proliferação (TNP) possui uma brecha que vem sendo explorada por países como Coreia do Norte e Irã – aos quais é permitida a produção de material nuclear que pode ser utilizado para construir bombas sob o disfarce de programas civis.

Como forma de sanar esse buraco ele propõe que os exportadores nucleares garantam aos estados, acesso a combustível para reatores civis a um preço razoável, contanto que esses estados renunciem às atividades de enriquecimento e re-processamento de urânio. E ainda que se forme um comitê especializado, dentro do Conselho de Diretores, na verificação dos Acordos de Salvaguarda – o que fortaleceria a capacidade da AIEA de garantir que as nações cumpram com suas obrigações internacionais.

Bush afirma também que países sob investigação da Agência não deveriam poder participar do Conselho de Diretores, pois, segundo ele, “permitir que violadores potenciais sirvam no Conselho cria uma barreira inaceitável à ação eficaz”. O Irã, contudo, está no Conselho de Diretores há 2 anos, não ratificou o Protocolo Adicional e rejeitou a última resolução da Agência, retomando atividades relacionadas ao enriquecimento de urânio, a saber: a conversão de urânio cru em gás hexafluoreto utilizável para o enriquecimento.

---

## Referência

---

### Sites:

Al Jazeera –

<http://english.aljazeera.net/>

Associate Press

<http://www.ap.org/>

Folha de São Paulo Online

<http://www.folhaonline.com.br/>

Agencia Internacional de Energia Atômica

- <http://www.iaea.org/>

Russian Nuclear Non-Proliferation Site

<http://www.nuclearno.com/>

Reuters –

<http://www.reuters.com>

The New York Times

<http://www.nytimes.com>

The Washington Post–

<http://www.washingtonpost.com>

UN Wire –

<http://www.unwire.org/>

---

# Hu Jintao aumenta seu poder na China

---

Resenha  
Segurança

Wesley Robert Pereira  
24 de setembro de 2004

---

O atual presidente da China, Hu Jintao, assume também o poder nas forças armadas. O exército chinês é o maior do mundo em números de soldados e o seu orçamento tem crescido acima das taxas do crescimento econômico chinês.

---

No domingo, 19 de setembro de 2004, Jiang Zemin, até então comandante das forças armadas da China, demitiu-se de seu cargo, cujo vácuo foi ocupado por Hu Jintao, atual presidente e líder do Partido Comunista Chinês (PCC). Dessa forma, Jintao passará a ter poder de comando sobre 2,2 milhões de soldados num momento em que o orçamento militar do ano no país é seis vezes maior que aquele do ano de 1991 (evoluindo de US\$ 3,92 bilhões para US\$ 24 bilhões). Essa progressão é maior do que o crescimento da economia chinesa, cujos números, no período, apontam para uma média de crescimento econômico anual de 10% até 2001, quando então se passa para 8% e 9,1% nos anos de 2002 e 2003, respectivamente. As cifras do orçamento militar denotam, por sua vez, um crescimento anual de 14% neste interregno, maior, portanto, que o do próprio PIB nacional.

Na China o sistema político é pautado pelo unipartidarismo. Com ressalvas, a Constituição chinesa permite a sua população que organize partidos, associações, sociedades e organizações, e de fato há outras organizações da sociedade civil chinesa, mas estas trabalham sob supervisão do Partido Comunista, que conta com 66 milhões de

associados, enquanto que o segundo maior partido conta com apenas 130 mil. Desde 1977, na ocasião do 11º Congresso do Partido Comunista Chinês, suas reuniões são feitas a cada cinco anos, nas quais são decididas várias questões de estratégia e de política a serem seguidas pelas autoridades.

Os principais órgãos do Partido são cinco organismos que incluem o Comitê Permanente do Politburo (CPP que conta com 9 membros e cujo presidente é Hu Jintao), o Politburo (que conta com 24 membros incluindo os nove do CPP), a Comissão de Inspeção Disciplinar encarregada de desenraizar a corrupção entre os seus partidários, o Secretariado (que é o principal mecanismo de administração do PCC e é encabeçado pelo Secretário Geral, nesse caso Hu Jintao) e, por último, a Comissão Militar Central, agora comandada por Hu Jintao.

Hu Jintao veio a ocupar o que é considerado pelo Partido Comunista como a quarta geração depois de Mao Zedong (Mao Tse-Tung), Deng Xiaoping e o próprio Zemin. Mas Jintao está rodeado de aliados de Zemin na Comissão Militar Central e no Comitê Permanente do Politburo. Segundo o analista Philip P. Pan, correspondente do *Washington Post* na China, isso é um sinal de que Jintao não obteve a vitória completa dentro do



Partido. Além disso, há facções de liberais e conservadores em disputa dentro do partido que reivindicam reformas no país. Neste jugo, também a mídia nacional não descrevera Jintao como o “centro coletivo de liderança”, uma frase emblemática que fazia referência a Zedong, Xiaoping e Zemin.

A presidência e liderança do Partido Comunista foi passada de Jiang Zemin para Hu Jintao, quando do 16º Congresso do Partido Comunista Chinês, em novembro de 2002. A presidência foi dada a Jintao pelo Congresso Nacional Popular e ele ficará no cargo 5 anos. Mas Zemin continuou como presidente da Comissão Militar Central do Partido e tido como o segundo poder no país. A novidade nesse Congresso foi a incorporação de empresários ao partido que conta com mais de 66 milhões associados.

Segundo o *Washington Post*, essa mudança, embora importante para os trabalhos do governo chinês, não é capaz de produzir mudanças rápidas ou radicais na relação do país com os EUA, na reincorporação de Taiwan à China ou no seu esforço em direção à economia de mercado enquanto mantém o crescimento econômico e a estabilidade social. Segundo Chiu Tai-San, vice-presidente de Taiwan, a mudança no domínio militar é favorável à política pragmática de seu país.

## Referência

China Today

<http://www.chinatoday.com>

Departamento de Estado dos EUA

<http://www.state.gov>

The Guardian

<http://www.guardian.co.uk>

Washington Post

<http://www.washingtonpost.com>

## Conjuntura Internacional

**Pontifícia Universidade Católica – MG**

Presidente da Sociedade Mineira de Cultura: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Grão-Chanceler: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Reitor: Prof. Eustáquio Afonso Araújo

Vice-reitor: Pe. Joaquim Giovanni Mol Guimarães

Assessor especial da reitoria: Prof. José Tarcísio Amorim

Chefe de Gabinete do Reitor: Prof. Osvaldo Rocha Tôrres

### Conjuntura Internacional

Chefia do Depto de Relações Internacionais: Prof. Paulo Esteves

Coordenação do Curso de Relações Internacionais: Prof. Paulo Esteves

Coordenação-Geral: Prof. Javier Vadell

Conselho acadêmico: Prof. Danny Zahreddine; Prof. Eugenio Diniz; Profa. Taiane Las Casas; Prof. Marco Paulo Gomes

Membros: Bárbara Gomes Lamas; Bernardo Hoffman Versieux; Camila Penna de Castro; Daniel Ferreira Mendes; Gabriel Pereira; Jéssica Naime; Layla Dawood; Liz Lacerda; Vinícius Betsur Alvarenga; Wesley Robert Pereira.

Os textos aqui divulgados são de inteira responsabilidade de seus autores e não representam a opinião oficial do grupo.

Av: Dom José Gaspar, 500 Prédio 04 - Coração Eucarístico - Belo Horizonte - MG - CEP 30535-901 Tel: (31)3319-4257 email: [ci@pucminas.br](mailto:ci@pucminas.br) website: <http://www.pucminas.br/conjuntura>